

**ACTA N.º 15**  
**MANDATO 2005/2009**

Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e sete, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a primeira reunião da Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----

2. Período antes da ordem do dia; -----

2.1 Assuntos gerais de interesse para a Autarquia; -----

Ordem do Dia: -----

1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2007.09.24; -----

2. Discutir e Votar Propostas da Câmara Municipal sobre: -----

2.1 Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2008; -----

2.2 Orçamento e Grandes Opções do Plano dos SMAES para o ano 2008; ---

2.3 Actualização da Tabela de Taxas para Concessão de Licenças e Prestação de Serviços para o ano 2008; -----

2.4 Actualização da Tabela de Taxas anexa ao regulamento da Liquidação e Cobrança de Taxas relativas à realização de Operações Urbanísticas de Edificação e Urbanização para o ano 2008: -----

2.5 Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2008; -----

2.6 Regulamento de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e outras utilizações do espaço público – Aprovação definitiva; -----

2.7 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para reparação e conservação de edifícios escolares; -----

2.8 Delegação de competências nas Juntas de Freguesia para conservação e limpeza de valetas, bermas, caminhos e colocação e manutenção de sinalização toponímica; -----

3 Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente da Câmara João António de Castro e Paiva Queirós, os Senhores Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, Paulo Miguel da Silva Santos, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes, Jorge Manuel Gonçalves Videira e Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. -----

Substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal António Artur dos Santos Pais, Diomar da Silva Ferreira dos Santos e José Manuel Pereira Ribeiro sendo substituídos,

respectivamente, pelos Membros da Assembleia Municipal Luís Miguel Mendes Ramalho, Eusébio Manuel da Fonseca e José Manuel Abreu Carvalho. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a leitura de uma Mensagem do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado, António Fernandes Monteiro, anexa à presente acta como Doc.1. --- De seguida fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.2. -----

Seguidamente deu a palavra aos Senhores Deputados que pretendessem intervir, não se tendo verificado intervenções por parte do público. -----

O Senhor **Deputado António Fernandes Monteiro** fez a leitura de uma Moção anexa à presente acta como Doc.3. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de uma Declaração para a Acta anexa à presente acta como Doc.4. -----

De seguida entregou à mesa duas Recomendações anexas à presente acta como Doc.5 e Doc.6. -----

O Senhor **Deputado Manuel Sousa da Silva Cavadas** fez a leitura de um documento anexo à presente acta como Doc.7 -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** começou por manifestar a sua admiração pela forma como, ao longo dos dois últimos anos, a Senhora Presidente da Assembleia tem dirigido os trabalhos, bem como todo o trabalho que tem feito. -----

Disse de seguida que relativamente à limpeza do Rio Leça, nos quatro meses que passaram em torno das suas margens, onde uma vasta equipa de funcionários da Câmara participou todos os dias, inclusivamente aos sábados, aos quais gostaria de deixar a sua homenagem pelo empenho prestado, assim como o todos os voluntários que também participaram. -----

O projecto já ganhou credibilidade e acima de tudo já ganhou alma, espera que todo o processo continue, apesar de ter parado em termos de Rio continua a ser feito na bacia com as visitas aos eventuais focos poluidores.

Continuou dizendo que provavelmente todos ouviram falar sobre a possibilidade da instalação de um Parque Empresarial em Alfena, um investimento de cem milhões de euros. Relativamente a este assunto tem a noção de que não se pode distribuir riqueza sem antes a criarem, assim como não haverá muita gente disposta a investir, quanto surgem as oportunidades devem ser analisadas e não se deve deixar fugir as oportunidades. -----

Chegou a ver o assunto agendado numa Reunião de Câmara e preocupou-o quando soube o que estava a acontecer, não tem conhecimentos técnicos

sobre o assunto, mas preocupa-o saber que existe quem esteja disposto a investir e se é bom para o Concelho que não se faça tudo para não perder a oportunidade. -----

Solicitou de seguida para que se debrucem sobre o assunto e não se perca a oportunidade, pois pode ser um bom investimento não só para Alfena como para o Concelho, e não se deve perder a oportunidade pois não existem muitas. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.8. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a leitura de uma Moção anexa à presente acta como Doc.9. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura das Recomendações entregues à Mesa e anexas à presente acta como Doc.5 e Doc.6. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a admissão da Moção anexa à presente acta como Doc.9, sendo admitida por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à votação a admissão da Moção anexa à presente acta como Doc.3, sendo admitida por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão a Moção anexa à presente acta como Doc.9. O Senhor **Deputado Carlos Alberto das Neves Poças** começou por felicitar a Mesa pela proposta apresentada, embora pretendesse apresentar a seguinte alteração ao ponto número dois: -----

“Pedir à EP/Brisa que analise a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Valongo, efectuando o respectivo estudo de impacto ambiental, e que preveja o reaproveitamento a parte do actual viaduto para outras utilizações, contribuindo assim para o desenvolvimento harmonioso da cidade de Valongo.” -----

Disse de seguida que relativamente ao desmantelamento do viaduto custaria muito dinheiro o que seria uma nega por parte da Brisa, podendo o mesmo ser aproveitado para um jardim elevado, um espaço para patinagem, bicicletas ou qualquer outro desporto. -----

Disse, ainda, que existe um estudo por parte da Câmara mais vantajoso para a cidade de Valongo, que seria desviar do centro da cidade a passagem da A4. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que a Moção foi discutida em Conferência de Representantes, e uma questão colocada foi a proposta da Câmara, que julga só meia dúzia de pessoas terem conhecimento da mesma. -----

Quando foi solicitada a sua opinião como Líder Municipal da CDU disse que toda a gente vê que o que a Brisa pretende fazer é um atentado, mas não relativamente à proposta da Câmara não se pode pronunciar sobre uma coisa em que ainda não se conhece o seu impacto ambiental. -----

Ao votarem a Moção com a alteração proposta estão a dizer que concordam com a proposta da Câmara, sobre a qual tem algumas reticências. -----

O Senhor **Deputado José Luís Azevedo** começou por dizer que relativamente ao alargamento da A4 se a Câmara tem um projecto deve ser feito o seu estudo de impacto ambiental. -----

O que se pretende é que a Brisa e Estradas de Portugal desviem o troço da auto-estrada para norte. -----

Disse de seguida que relativamente à proposta não sabe onde ficará o Nó de Saída para Valongo, bem como onde vai passar a norte. -----

Seguidamente disse que não podem esquecer que aquele viaduto tem servido de fronteira praticamente em duas partes da cidade de Valongo, e que o mesmo deve ser desmantelado, e não dizer à Brisa que o viaduto deve ser utilizado para outros fins. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** começou por dizer que o Executivo tomou conhecimento de que a Brisa estava a estudar o alargamento da A4, segundo um projecto que mereceu todos os reparos e discordância por parte do Executivo. -----

Relativamente ao assunto tomaram uma posição em Reunião de Câmara tendo sido aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis dos Vereadores de Partido Socialista, pois consideram que o projecto que a Brisa tem não é benéfico para o concelho de Valongo. -----

Disse de seguida que o primeiro projecto de alargamento da A4 que a Câmara teve conhecimento era um traçado que passava pela Serra de Santa Justa, com o qual a Câmara se manifestou em desacordo. -----

A Brisa deu início a um outro projecto em que desviava a auto-estrada a norte e pressuporia a desactivação do troço entre as portagens de Ermesinde e o Alto da Serra, projecto com o qual a Câmara em principio concordaria. ----

Agora tomaram conhecimento que a Brisa abandonou esse projecto e estava a fazer um novo estudo para alargamento do actual traçado, com todos os inconvenientes já levantados. -----

Assim, a proposta da Câmara foi no sentido de que a Brisa continuasse a desenvolver o segundo projecto, o desvio da auto-estrada a norte. -----

A Câmara não tem um projecto, mas sim uma proposta que vai de encontro ao que a Brisa estava a desenvolver na segunda versão. -----

Disse, ainda, que a Câmara logo que teve conhecimento do projecto da Brisa manifestou a discordância por escrito enviando-a à Brisa, Estradas de Portugal, Primeiro Ministro, ao Ministério das Obras Públicas e Secretário de Estado, pedindo inclusivamente uma audiência ao Secretário de Estado das Obras Públicas. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** começou por dizer que estão a entrar em contradição relativamente ao ponto dois da Moção. -----

Na primeira versão diz: “..que preveja o desmantelamento do actual viaduto, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso da cidade de Valongo”. -----

Na segunda versão diz: deixe-se lá ficar o viaduto porque isso também contribui para o desenvolvimento harmonioso da cidade. -----

Das duas uma ou contribui ou não contribui. -----

Por outro lado podem simplificar tudo e a proposta de impacto ambiental, pois serão necessários muitos mais estudos e não só o do impacto ambiental. ----

Na sua opinião devia-se pedir à Estradas de Portugal que apresente uma proposta fundamentada e que sobre tudo preveja o desmantelamento do viaduto. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** começou por dizer que relativamente ao assunto em discussão pretende votar em consciência, e não pode votar uma proposta da Câmara que desconhece. ----

Em Conferência de Representantes encontrou-se um consenso para a elaboração da Moção, dentro dos parâmetros apresentados. -----

Disse, ainda, que no ponto dois diz tudo o que se propõe, uma proposta fundamentada em estudos de impacto ambiental e sobre tudo que preveja o desmantelamento do viaduto. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** disse que a construção do viaduto foi uma aberração desde o início. -----

Inicialmente o traçado da auto-estrada foi sempre a norte, e na sua opinião se tem que haver uma correcção ela deve ser feita a norte, nunca a sul nem aproveitar o viaduto existente. -----

Disse de seguida que não podem propor à Brisa um novo traçado dando à escolha a norte ao a sul, têm que ser peremptórios e dizer a sul nunca, nunca traçar a Serra de Santa Justa, a alteração tem que ser feita sempre a norte.

Na sua opinião o actual viaduto tem que deixar de existir, tem que ser demolido, pois se assim não for estão a confirmar que aquilo que foi feito está bem. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que relativamente à intervenção do Deputado António Monteiro quando diz que não conhece a proposta, estavam ambos na reunião quando foi apresentado, e explicado, por Elementos da Câmara, qual a proposta actual e qual a antiga. -----

O conhecimento da proposta em termos do que é, é natural que desconheça, pois a Brisa/EP abandonaram-na, não chegaram a fazer o projecto, quanto ao desconhecimento do projecto concorda pois toda a gente o desconhece, quanto à proposta essa foi explicada. -----

Disse seguidamente que o objectivo da proposta que foi apresentada é no sentido de aumentar a eficácia do documento, em vez de dizer à Brisa/EP que não concordam com a proposta apresentada, dizer sim que existe uma proposta que a Brisa/EP estavam a trabalhar no sentido de lhe dar forma de projecto. -----

Na sua opinião em termos de eficácia política para o documento, é dizer que havia uma proposta da Brisa/EP, que consideram que deve ser transformada

em projecto, e quando este estiver concluído aí sim terão oportunidade de o conhecer e se pronunciarem sobre ele. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente à reunião onde esteve presente o Vereador José Luís Pinto e o Arquitecto Victor Sá, foi apresentada a proposta da Brisa para o actual viaduto e uma proposta da Câmara, não só os mapas, onde o que não estava definido eram as saídas dos nós. -----

Relativamente à proposta apresentada pela Câmara ninguém disse se estava ou não de acordo com a mesma. -----

A Câmara aprovou a proposta, e julga que o Executivo a enviou para o Ministério. -----

Disse de seguida que o que foi dito em Conferência de Representantes é que ia ser apresentada uma Moção tendo ficado assente que a proposta da Câmara não iria constar da mesma. -----

A Moção deve ser aprovada por unanimidade, deve ser dado um reforço ao Executivo para que não se faça o alargamento do actual viaduto e que a alteração seja a norte, nesses termos ele está de acordo. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto da Neves Poças** disse que para que a Moção seja aprovada por unanimidade retira a proposta que apresentou, mas que se deveria reforçar que a alternativa seja a norte. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** começou por dizer que esteve presente, como convidado, na Conferência de Representantes, pois os Departamentos do Ambiente e Urbanismo da Câmara fizeram um relatório ambiental e urbanístico sobre as consequências que um eventual alargamento da auto-estrada pode causar à cidade de Valongo da forma como estava previsto. -----

Foram à Conferência de Representantes apresentar o relatório e explicar quais as consequências, nomeadamente a necessidade de serem destruídas algumas habitações. -----

Como a Brisa apresentou à Câmara um traçado a norte, ou seja um risco, sem acessos estariam do lado dessa solução, independentemente dela depois variar em função do estudo de impacto ambiental e urbanístico. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que quando estão a tentar encontrar um consenso e sair com uma Moção aprovada por unanimidade, pois trata-se de uma questão de interesse público, não se pode dizer que houve uma reunião, não se sabe quando, em que a Câmara disse não sei o quê, na qual provavelmente esteve mas não se recorda, assim como outros Membros a quem perguntou também não se recordam dessa reunião. -----

Está ali para dar o seu contributo, num consenso, relativamente à Moção, para que esta seja aprovada por unanimidade, pois não faz sentido que haja votos contra ou abstenções por falta de esclarecimento. -----

Disse, ainda, que podem encontrar uma redacção de consenso, quanto à questão de ser a norte está de acordo, pois não devem mexer naquilo que de melhor têm em termos de ambiente que é a Serra de Santa Justa. -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida** disse que o assunto em questão deve ser discutido e decidido rapidamente, bem como todos estão de acordo que se deve chegar a um consenso. -----

Disse de seguida que a sua intervenção era essencialmente para questionar a Senhora Presidente da Assembleia de que é necessário ser rigoroso na condução dos Trabalhos, lembrando que o Período Antes da Ordem do Dia tem a duração de uma hora tem já sido ultrapassada em vinte minutos.

Assim sugeria que a redacção da Moção em discussão fosse trabalhada e se continuasse a dar seguimento à Ordem de Trabalhos. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** informou que não interrompeu os Trabalhos porque a discussão da Moção começou já passava das nove horas, e considerando que é uma questão importante estava a tentar que se chegasse a um consenso. -----

De seguida colocou à votação a continuação do período Antes da Ordem do Dia no final da reunião, sendo aprovada por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto *1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2007.09.24*, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor e cinco abstenções em virtude dos Senhores Deputados não terem estado presentes na reunião. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto *2.1 Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2008*. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.10. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.11. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira** disse que estão perante um documento que não concorreu a nenhum concurso de poesia, não se tratando de um trabalho para poetas, logo tem que se um documento em prosa e com números. -----

Disse ser um documento tecnicamente bem estruturado na fundamentação e no respeito pela observância da lei. -----

Relativamente ao Orçamento este tem o Mapa Resumo de Receitas e Despesas que não foi inventado, é pata ter cabimento, que pode ser ou não totalmente levado à prática, pois o Orçamento não é um Relatório de Contas, o Orçamento é algo que se presume que vá acontecer. -----

Quando o Executivo da Câmara diz que se o QREN vai favorecer o concelho de Valongo, diz que temos que ter ambição, quando isso acontece será proibido ao Executivo sonhar com uma Receita de mais três ou quatro

milhões, presumidamente favoráveis para constituição de mais valias para o concelho. -----

Disse, ainda, que o Executivo tem que primeiro Orçamentar para depois poder realizar obra, que poderá nem fazer em dois mil e oito, mas é a inflação politicamente correcta. -----

Se o quadro conjuntural económico é mau para o Governo não pode ser bom para o concelho de Valongo. -----

Quando o quadro de encargos diz que vão progressivamente diminuindo a dívida, que vão cumprindo com os compromissos, com a dívida de curto prazo na ordem dos dez milhões de euros e a outra de trinta e oito milhões de dos quais vinte e um milhões são relativos à EDP, dívida que foi herdada.

Continuou dizem que no concelho de Valongo existem Bairros Sociais em todas as freguesias, que para a sua construção tiveram que contrair despesa a médio e longo prazo, despesa que ascende a quinze milhões de euros. -----

Perguntando de seguida aos Senhores Deputados se o Orçamento não garante a manutenção das despesas correntes? Se existe alguma inflação descabida? Se não mantém as despesas correntes da Câmara? Se não promove uma descida sensível da dívida de curto prazo? Se não mostra que estão a cumprir rigorosamente o compromisso da dívida de médio e longo prazo? -----

Quanto às funções sociais consta no Orçamento a educação, o social, o desportivo, o ambiental, a cultura, que não é económico mas sim social. -----

Disse seguidamente que a diferença do presente Orçamento relativamente aos anteriores diverge na magreza das receitas com que o Poder Central os premeia, é um Orçamento de coerência política e de continuidade. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que quando se diz que o Orçamento é um documento de previsões, na sua opinião há dois tipos de Orçamento, um Orçamento de previsões e um outro daquilo de que nada se vai fazer. -----

De seguida fez a leitura de um documento que se anexa acta como Doc.12. –

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** começou por dizer que relativamente ao Orçamento viu que as despesas correntes são elevadas, mas é um defeito funcional, depois foi ver se havia obra ou não, que é isso que a população espera deles. -----

Disse seguidamente que quando olhou para o Plano de Actividades verificou que está muito melhor relativamente aos anos anteriores, que ficaria preocupado se não houvesse nada no Orçamento. -----

Verificou que Alfena não está a ter um tratamento diferente das outras freguesias, facto que se verificou no passado. -----

Alfena tem muito potencial de crescimento, onde há muito investimento a fazer. -----

Considera que o Orçamento e Plano de Actividades para dois mil e oito não é o ideal para a freguesia de Alfena, pois há muita coisa que gostaria de ver

contemplado, mas que todos sabem que os recursos são escassos e as necessidades ilimitadas. -----

Se vai haver receita espera bem que sim, mas acima de tudo quer que haja muita despesa, que obras sejam lançadas, se a dívida oscilar isso aconteceu em mandatos anteriores em que ele não era Presidente de Junta e que agora não se importa que a dívida aumente desde que veja obra na freguesia de Alfena. -----

Acredita que o documento elaborado é um documento de compromisso de honra, votará favoravelmente, mas durante o ano para tentar que aquilo com que se estão a comprometer seja cumprido. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira pereira de Melo**, começou por dizer que em resposta ao Deputado do Bloco de Esquerda, António Monteiro, pois percebeu que o incentivo à leitura com a vinda ao concelho de escritores portugueses a título gracioso, todo o envolvimento cultural que se tem feito, no que diz respeito à música, exposições, ao teatro, ao investimento em estruturas culturais, nada diz ao Senhor Deputado. -----

Que o saneamento seja superior a noventa e seis por cento, para o senhor Deputado também é mau, pois não deve ter noção do que isso representa até em relação a outros concelhos. -----

Disse, ainda, que no sector social têm investido bastante, o que já mereceu um louvor da Segurança Social. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** começou por dizer que a exemplo de outros Municípios Portugueses as receitas, quer queiram ou não, estão estabilizadas, sabem com aquilo com que podem contar relativamente a impostos directos, talvez indirectos, a taxas, multas e licenças. -----

Estão sujeitos a uma boa vontade quanto às transferências da Administração Central de nove vírgula seis milhões de euros que constam do Orçamento, mas estão à míngua de outras receitas que são as transferências de capital.

Disse de seguida que se não forem ambiciosos no sentido de quererem, face ao quadro comunitário de apoio, as quase setenta salas de aula a construir num horizonte temporal de quatro a seis anos, se querem colocar no Orçamento os seus anseios, por estimativa orçamental, acusam-nos de serem ambiciosos. -----

Assim, com as receitas estabilizadas, os custos de funcionamento adquiridos relativamente aos quais se compararem o Orçamento de dois mil e sete com o de dois mil e oito, os custos desde o pessoal às despesas de funcionamento com a aquisição de bens e serviços quando dizem que tem aumentado substancialmente, os números não é isso que indicam, pois tinham um Orçamento de doze vírgula oito milhões de euros e agora é d doze vírgula nove milhões de euros, estão a falar de um aumento de cem mil euros. -----

Se tiverem em linha de conta que das Águas de Valongo houve um aumento, incluído no Orçamento, de uma vez cento e sessenta mil euros e depois mais cento e dez mil euros, não vê como as despesas com o pessoal tenham aumentado. -----

Na aquisição de bens e serviços em dois mil e sete foi de dezassete vírgula oito milhões de euros, em dois mil e oito dezassete vírgula sete milhões de euros. -----

Relativamente ao plano Plurianual de Investimentos, relativamente à obra que pretendem realizar, não os critiquem por isso, dêem-lhes a possibilidade de fazerem alguma coisa daquilo a que se propuseram, não os critiquem de não fazerem por não estar incluído no Orçamento. -----

Quando falam em receitas, há três ou quatro anos, que têm incluído no Orçamento a venda de terrenos e edifícios, imobilizado da Câmara, porque não vender desde que apareça comprador, o problema na sua venda é não aparecer quem compre. -----

Disse, ainda, que o Executivo não vai realizar despesa sem suporte orçamental, sem receita para pagar a despesa. -----

Quanto ao Orçamento Participativo numa Câmara com a grandeza como a de Valongo é no mínimo mirabolante, pois num Concelho onde fizeram um Orçamento Participativo, com doze mil e quinhentos habitantes, receberam trezentas propostas. -----

Para terminar disse que no Exercício do Direito de Oposição chamaram o Bloco de Esquerda e perguntaram quais as propostas deles ao que disseram nada. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Monteiro** começou por dizer que na sua anterior intervenção quando se referiu à Cultura disse que esta ficou aquém do desejável. No Bloco de Esquerda reconhecem as iniciativas que a Câmara tem em termos culturais, agora não é o desejável. -----

A prova disso é a existência de um divórcio entre a Autarquia e as Associações que trabalham na área da cultura, conforme têm constatado nas reuniões que se realizaram entre a Mesa da Assembleia, os Grupos Municipais e as Associações do Concelho. -----

Facto disso foi numa das reuniões em que o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde, que está em exercício há dez anos, mencionou a falta de apoio, bem como nunca ter recebido um telefonema por parte da Câmara a perguntar como estavam, se necessitavam de alguma coisa. Inclusivamente os Presidentes tanto dos Bombeiros de Ermesinde como de Valongo disseram que mesmo depois dos grandes fogos telefonaram a dar uma palavra de incentivo. -----

Quanto aos Orçamentos Participativos, no Relatório de Actividades da Junta de Freguesia de Ermesinde menciona que se vai criar uma Comissão para a elaboração da Agenda 21 Local. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira pereira de Melo** disse que relativamente aos Bombeiros Voluntários em primeiro não promovem a cultura, e além dos setecentos contos que a Câmara transfere mensalmente, para cada uma das Corporações, recebe os Presidentes quer de Ermesinde, quer de Valongo, que frequentemente vão à Câmara. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que relativamente às intervenções que foram tidas existe uma questão importante, que vem no âmbito da intervenção feita no rio Leça, que tem a ver com o ambiente e com o trabalho feito no Município, pois o facto de existir uma cobertura a nível de saneamento de noventa e cinco por cento, é o instrumento que permite ao concelho de Valongo a que essa intervenção tenha alguma eficácia. -----

A Câmara tem condições para assegurar a limpeza do rio e a sua despoluição porque tem uma cobertura de saneamento de noventa e cinco por cento, o que permite corrigir ligações defeituosas ou não existentes. Outros Municípios não o podem fazer por não terem a mesma taxa de cobertura a nível do saneamento. -----

Quanto à intervenção do Deputado António Monteiro foi cometida uma imprecisão, pois não foi o Comandante dos Bombeiros de Ermesinde que falou mas sim o Presidente dos Bombeiros. -----

Quanto á questão dos Orçamentos Participativos, espera que o Deputado António Monteiro, como cidadão, passe a participar nos Orçamentos, uma vez que como representante de um Partido não o faz, pois, segundo o Vice-Presidente da Câmara, participou numa reunião onde deu zero ideias. -----

Disse de seguida que após vários mandatos, catorze, a Câmara vai apresentando várias actividades, e a Oposição tem o mesmo discurso, os mesmos argumentos, no ano pós eleitoral as intervenções seguem um determinado fio, no ano seguinte há uma evolução, mas se pegarem em faixas de quatro anos são iguais. -----

Neste momento estão perto de ano de eleições e começam-se a fazer curvas nas intervenções, pois são ao anos mais críticos para fazer uma intervenção de oposição, pois já não se pode falar do problema da dívida e tem que se começar a pôr em causa o problema de se fazer obra para o ano de eleições. Relativamente à CDU e ao Bloco de Esquerda entende e considera posições coerentes. -----

Quanto ao Partido Socialista que suporta o Governo quando entra aumenta os impostos, congela vencimentos, e outras medidas avulsas, com o intuito de criar estabilidade financeira, para um desenvolvimento sustentado, e com a proximidade de dois mil e oito descongelam os vencimentos, bem como descongelam as carreiras, e se calhar vão baixar a taxa do IVA. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que efectivamente quando falou no Comandante dos Bombeiros queria referir-se ao Presidente. -----

Quando o Vice-Presidente disse que o Bloco de Esquerda foi chamado a uma reunião no âmbito do Direito de Oposição e que o que apresentou em termos de ideias foi zero, está a fazer demagogia, pois inclusive tiveram uma discussão. -----

O Bloco de Esquerda apresentou a sua preocupação no sentido do que consideram prioritário, falaram dos Bairros Sociais onde é necessário intervir urgentemente do Bairro das Saibreiras, ao que lhes responderam em se fazer pequenas reparações pois se não gastariam muito dinheiro. -----

Falaram na estrutura de apoio à terceira idade, principalmente em centros de apoio nocturnos de acolhimento, que consideram prioritário. -----

Falaram na questão dos transportes, em que os Bairros Sociais se encontram fora da malha urbana, e os moradores têm que andar a pé cerca de meia hora. -----

Terminou dizendo que o Bloco de Esquerda apresentou aquilo que considera que são prioridades para o Concelho. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** disse que na reunião com o Bloco de Esquerda falaram em termos ideológicos, que aliás a discussão foi no plano ideológico e nunca no plano económico-financeiro. -----

Relativamente aos Bairros Sociais informaram que a Vallis Habita iria proceder às intervenções, agora uma coisa é uma intervenção geral no Bairro das Saibreiras em que ficaria por cerca de mil e cem contos por fogo, e seria necessário cinco milhões de euros. -----

Quanto aos transportes foi-lhes dito que no concelho de Valongo os mesmos estão circunscritos a uma operadora, que necessita de licença para operar fora dos circuitos. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** começou por dizer que é ele quem dirige o Conselho de Acção Social, onde estão representadas todas as instituições de solidariedade social.

Existe apoio domiciliário estabelecido pela Câmara juntamente com a Segurança Social, provavelmente seria ideal que fosse mais desenvolvido, mas são as condições que têm e a Segurança Social considera que o mesmo está a ser bem feito. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que o Bloco de Esquerda levanta as questões que considera prioritárias para se atacarem. -----

A questão ideológica é serem diferentes politicamente, fala daquilo que conhece na prática, das reuniões que têm feito com as Associações do Concelho. -----

Relativamente às IPSS associações de cariz social queixam-se de falta de apoios e apontam a questão dos idosos como um grande problema. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto *2.1 Orçamento e Grandes Opções do Plano para o*

ano 2008 sendo aprovado por maioria com dezasseis votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal, Sofia Liberta Braga de Freitas e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, catorze votos contra sendo doze votos contra do Grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo Municipal do BE e um voto contra do Grupo Municipal da CDU e duas abstenções sendo uma abstenção do Deputado António Marques Oliveira e uma abstenção do Deputado José Carvalho da Rocha, foi entregue pelo Grupo Municipal do PS uma Declaração de Voto anexa à presente acta e respectiva Minuta de Deliberação como Doc.13. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** disse que ele e o Presidente da Junta de Freguesia de Valongo, António Oliveira, votaram de forma diferente do Grupo Municipal em que estão inseridos pelo facto de terem contribuído para a feitura do Plano de Actividades, foram ouvidos com a mesma prioridade que todos os outros Presidentes de Junta. -----

A freguesia de Campo está com um grave problema que é a Via Distribuidora, que tem fustigado a população, e continua a fustigar, com o movimento de camiões nas artérias que não o comportam. -----

Depois de algumas reuniões que tiveram com a Câmara a freguesia de Campo foi contemplada, minimamente, com aquilo que propôs, com a aquisição de terrenos para a Via Distribuidora. -----

A Via Distribuidora não está contemplado com o volume que deveria no Plano de Actividades, mas sem a aquisição dos terrenos não se pode fazer a Via Distribuidora, por isso é fundamental que a Câmara acelere todo o processo. -----

Além de outras situações que foram propostas, confia nas pessoas e daí a sua posição de abstenção. -----

De seguida agradeceu ao Grupo Municipal do Partido Socialista, à sua Vereação e aos Dirigentes a liberdade que lhes deram para votarem diferente do grupo Municipal. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à discussão o ponto *2.2 Orçamento e Grandes Opções do Plano dos SMAES para o ano 2008*, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo, catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal, Sofia Liberta Braga de Freitas e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e quinze abstenções sendo, catorze abstenções do Grupo Municipal de PS e uma Abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto *2.3 Actualização da Tabela de Taxas para Concessão de Licenças e Prestação de Serviços para o ano 2008*. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que a sua intervenção era relativa às duas propostas relativas a taxas. -----  
Quanto à proposta em discussão a indicação que lhe deram do aumento foi de dois vírgula quatro, segundo o Instituto Nacional de Estatística, quando o Governo estipulou uma inflação de dois vírgula um. -----  
Ou seja, para o pagamento de salários foi considerada a inflação indicada pelo Governo enquanto para o aumento das taxas foi a indicada pelo Instituto Nacional de Estatística. -----  
Na sua opinião devem ser mais rigorosos e saberem o que se deve aplicar, não sabe se a lei diz que é aplicado o que vem no Orçamento de Estado ou se o que é aplicado pelo Instituto Nacional de Estatística. -----  
Disse de seguida que existe uma outra questão que é o aumento das taxas dos parquímetros, no que consta da informação estas taxas não foram aumentadas conforme a inflação mas sim em dez por cento, assim como na informação menciona que o aumento é de acordo com a inflação isso deveria ser rectificado. -----  
Contribuíram para a resolução da anarquia que existia com as taxas dos parquímetros, apresentaram uma proposta alternativa aos cinquenta cêntimos, em que esses cinquenta cêntimos seriam aumentados faseadamente até dois mil e nove. -----  
Entretanto, o Executivo da Câmara não cumpriu com aquilo que se propunha a dar acordo à proposta, ou seja no meio do negócio meteu mais vinte anos para os edifícios à superfície dos parques subterrâneos, assim o compromisso que havia perante esse aumento foi quebrado. -----  
Disse, ainda, que apraz virarem-se para o Partido Socialista e dizer que ainda bem que agora as taxas podem ser discutidas e votadas fora do regulamento, refere-se ao Partido Socialista enquanto Vereação, pois afinal em dois mil e oito já se pode aumentar as taxas, já se pode discutir as taxas dos parquímetros independentemente da aprovação do regulamento. -----  
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que em resposta à intervenção do Deputado, Deolindo Caetano, as taxas dos parquímetros que estão proposta para dois mil e oito respeitam na integra o compromisso, o assunto foi tratado de uma maneira séria e assim espera que continue. -----  
O compromisso que houve com a Assembleia foi aceitar a proposta aprovada em Assembleia, com os valores para dois mil e nove, a única coisa que fizeram foi aprovar em reunião de Câmara os valores intermédios que não constavam da proposta. -----  
O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** começou por dizer que na sua opinião o que está mal nas taxas é a sua base, pois sucede algumas vezes que os Municípios ou Investidores requerem a redução de cinquenta por cento das taxas, portanto seria de fazer um estudo e reduzir a base das taxas. -----

Quanto aos índices da taxa de inflação existe alguma confusão, pois num dos documentos menciona os indicadores dos índices de preço no consumidor publicados no Instituto Nacional de Estatística, a taxa de variação média dos últimos doze meses situando-se nos dois vírgula quatro. No outro documento menciona que é a taxa de inflação fixada pelo Instituto Nacional de Estatística. -----

Disse, ainda, que para receber são considerados os factores mais elevados enquanto para pagar são considerados os mais baixos, como exemplo as transferências para as Juntas de Freguesia foram aumentadas em dois vírgula um por cento.

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que aquilo que foi o compromisso deles foi perante um estudo económico apresentado pela Empresa em Abril, que discutiram e chegaram a uma plataforma de entendimento. Agora que meteu mais vinte anos sobre o compromisso não foi a CDU, alguém apresentou novo estudo económico e meteu mais vinte anos de concessão de superfície. -----

Houve um compromisso para o aumento faseado das taxas dos parquímetros até dois mil e nove, para os cinquenta cêntimos. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que para esclarecimento lia a proposta da CDU – “Aceitaremos nas revisões de taxas nos anos dois mil e oito e dois mil e nove um aumento faseado para as taxas referenciadas no ponto 1.1, para que estes tenham um dois mil e nove os seguintes valores: quinze minutos quinze cêntimos, sessenta minutos primeira hora cinquenta cêntimos e máximo de três horas um euro e oitenta cêntimos”. -----

Para dois mil e oito estão a propor manter o primeiro escalão, o segundo período de sessenta minutos para cinquenta cêntimos e o máximo de três horas para um euro e oitenta cêntimos, assim cumprem escrupulosamente a proposta. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto *2.3 Actualização da Tabela de Taxas para Concessão de Licenças e Prestação de Serviços para o ano 2008*, sendo aprovado por maioria com dezasseis votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal, Sofia Liberta Braga de Freitas e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e dezasseis abstenções sendo catorze abstenções do Grupo Municipal do PS, uma abstenção do grupo Municipal do BE e uma abstenção do Grupo Municipal da CDU. -----

De seguida colocou à discussão o ponto *2.4 Actualização da Tabela de Taxas anexa ao regulamento da Liquidação e Cobrança de Taxas relativas à realização de Operações Urbanísticas de Edificação e Urbanização para o ano 2008*. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que relativamente à alteração do artigo trinta e cinco, iria ler o que é lei aquilo que diz – “Por outro lado a aludida lei n.º 53-E/2006, prevê no seu artigo 9º, n.º 1, que os orçamentos anuais das respectivas Autarquias Locais devem actualizar o valor das taxas estabelecidas nos Regulamentos de criação respectivos, de acordo com a taxa de inflação” – o que quer dizer que não é obrigatório anualmente a actualização das taxas mediante a inflação. -----  
Depois há uma contradição, propõe-se a actualização do artigo trinta e cinco que diz que a actualização nos termos anteriores deverá ser feita até ao dia dez de Dezembro de cada ano. -----  
Para que o seu voto seja em consciência gostava de ser esclarecido. -----  
O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** disse que não tinha o regulamento, mas que na deliberação diz –“De acordo com o fixado no artigo 35º do supra citado Regulamento, a presente proposta deve ser submetida à consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, competindo à Exma. Câmara Municipal a decisão final sobre o assunto até ao dia 10 de Dezembro do corrente ano” – que foi o que ocorreu. -----  
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto *2.4 Actualização da Tabela de Taxas anexa ao regulamento da Liquidação e Cobrança de Taxas relativas à realização de Operações Urbanísticas de Edificação e Urbanização para o ano 2008*, sendo aprovado por maioria com a seguinte votação dezassete votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal, Sofia Liberta Braga de Freitas e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, um voto contra do Grupo Municipal do BE e catorze abstenções do Grupo Municipal do PS. -----  
De seguida colocou à discussão o ponto *2.5 Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2008*, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com trinta e um votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PS, catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor da Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----  
Colocou de seguida à discussão o ponto *2.6 Regulamento de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e outras utilizações do espaço público – Aprovação definitiva*. -----  
De seguida fez a leitura de um Requerimento entregue à Mesa pelo Deputado do Grupo Municipal da CDU, José Deolindo Caetano, anexo à presente acta como Doc.14. -----  
Colocou de seguida à votação o Requerimento anexo à presente acta como Doc. 14, tendo-se verificado a seguinte votação: dezasseis votos a favor

sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PS, um voto a favor do Grupo Municipal do BE e um voto a favor do grupo Municipal da CDU, e dezasseis votos a contra sendo catorze votos contra do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto contra da Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas, e um voto contra do Deputado Arnaldo Pinto Soares, pela Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas, foi exercido o Voto de Qualidade, contra, reprovando o Requerimento. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que ia fazer uma Proposta de Alteração ao documento no sentido de ajustar as referências que ficaram erradas, após a omissão de dois artigos previamente existentes. ----- De seguida fez a leitura da Proposta de Alteração anexa à presente acta como Doc. 15. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que o Parecer da Comissão Nacional de Eleições confirma as críticas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, bem como lhe dá total consistência em votar contra a proposta de regulamento. -----

Quanto ao texto apresentado em termos de propaganda política foram feitas algumas alterações embora não tenha dissipado todas as ilegalidades da proposta inicial. -----

O Executivo continua a querer colocar a Propaganda política, que á uma actividade que se insere na realização e concretização de um Estado de Direito, onde se respeitam os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, ao mesmo nível da publicidade, actividade com finalidade lucrativa. -----

Um Regulamento Municipal, particularmente na área dos direitos, liberdades e garantias não pode inovar relativamente à lei. Ao regulamento está destinado pela sua própria natureza o papel de execução da lei. -----

As forças políticas têm o direito e o dever, de expressar por painéis, ou outros meios similares, os seus pontos de vista, em todos os locais excepto os que a lei define expressamente como não sendo permitida a afixação de propaganda. -----

A própria lei contempla os locais onde não se pode colocar propaganda politica, sendo por isso inaceitáveis as restrições que ainda constam da nova proposta de regulamento. -----

A que propósito não se pode afixar cartazes numa determinada área geográfica de candidatos à Presidência da República, à Assembleia da República, sendo apenas excepcionadas aos candidatos à Assembleia de Freguesia, a que propósito tal distinção. -----

O Bloco de Esquerda pugna por uma sociedade onde haja livre expressão das correntes políticas sem ter que se pedir licença aos Presidentes de Câmara, defende que os cidadãos tenham possibilidade de expor as suas opiniões sem ficarem sujeitos a autorizações político administrativas. -----

A não serem eliminadas as violações dos direitos constitucionais, no que se refere à Propaganda Política, o Bloco de Esquerda votará contra qualquer regulamento que atinja as liberdades de expressão. -----

De seguida entregou uma proposta à Mesa anexa à presente acta como Doc.16. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.17. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que tentou que a Mesa da Assembleia solicite-se à Comissão Nacional de Eleições os Pareceres relativamente à questão da Propaganda Política, o que não foi aceite por parte desta. Posteriormente fez um requerimento à Assembleia, mas julga que agora todos estão esclarecidos sobre o regulamento. -----

O Regulamento se for aprovado dos trezentos e tal Municípios do País passa a ser a segunda Câmara com um Regulamento que na questão da Propaganda Eleitoral infringe a lei. -----

Não está em causa só um Parecer da Comissão Nacional de Eleições, mas vários acórdãos, sendo último de dois mil e seis do Tribunal Constitucional.

Relativamente às coimas e quem as aplica o Regulamento não estava correcto, o que diz no artigo cinquenta e nove do projecto, o qual define o Órgão competente, o Tribunal Constitucional decidiu declarar inconstitucionalidade, ou seja a Câmara não pode aplicar coimas. -----

Julga que a Comissão Nacional de Eleições solicitou que após a aprovação definitiva do Regulamento este lhe fosse remetido, provavelmente para ser enviado para o Tribunal Constitucional. -----

Depois pode acontecer que nem o Regulamento da Publicidade, nem as taxas se possam aplicar. -----

Disse, ainda, que se deveria ter mais cuidado, pois considera que não é de muito bom gosto receberem uma cópia do Regulamento, após aprovação da Câmara, assinada por todos os Vereadores, e depois em Conferência de Representantes receberem um exemplar que não passou pelo Executivo, já com as correcções propostas pelo Grupo Municipal do PSD/PP. -----

Mesmo assim, com as alterações propostas pelo Grupo Municipal do PSD/PP ainda não está em consonância. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós**, disse que relativamente à Lei 97/88 diz o seguinte: “contra ordenações, a aplicação das coimas previstas neste artigo compete ao Presidente da Câmara Municipal da área, em que se verificar a contra-ordenação, revertendo para a Câmara Municipal o respectivo produto” – o artigo 11º diz - “competência regulamentar, compete à Assembleia Municipal por iniciativa própria ou por proposta da Câmara a elaboração dos regulamentos necessário à execução deste diploma”, o artigo 11º fiz: “competência regulamentar, compete à Assembleia Municipal por iniciativa própria ou por proposta da Câmara a elaboração dos regulamentos necessário à execução deste diploma”, o artigo

10º diz: – “constitui infracção, ou contra-ordenação, punível com coima a violação do disposto, 1º ... e 6º da presente lei”, o artigo 6º diz: “os meios amovíveis de propaganda”, não diz se é política, eleitoral, ou publicidade, e o artigo 4º é taxativo ao dizer: “n.º 1 os critérios a estabelecer no licenciamento da publicidade comercial, assim como o exercício de actividades de propaganda, devem prosseguir os seguintes objectivos”, estando estes objectivos integralmente vertidos no regulamento em apreço. -----

Disse, ainda, que o Decreto-Lei que se encontra em vigor para aplicação das coimas continua a ser o Decreto-Lei 433/82, de 27 de Outubro, que prevê ilícitos de mera contra-ordenação social. -----

Relativamente à Comissão Nacional de Eleições, já teve oportunidade de referir ao Deputado Deolindo Caetano, que os Pareceres que ela emite não são vinculativos, assim estão a batalhar numa situação que se pretende que seja ágil e regulamente o que se encontra mal no Concelho. -----

Para terminar disse que o principal objectivo é a publicidade não é a propaganda, bem como a propaganda cerceada é cerceada para todos os Partidos não só para um. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** começou por dizer que as coimas estão prevista no Decreto-Lei 433/82, mas as coimas que constam do Regulamento, às quais se refere são ilegais, que é um quarto do salário mínimo mais o agravamento da taxa, e isso é que é ilegal pois não pode haver duas coimas uma relativamente ao Decreto-Lei 433/82 e outra do Regulamento. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a admissão da proposta anexa à presente acta como Doc.15 tendo sido admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo**, disse que o documento foi aprovado na Câmara tendo na altura os Vereadores do Partido Socialista chamado à atenção para a sua renumeração, que estava mal. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que na sua opinião não havia outra forma de suprir os erros, mesmo de numeração, que existiam no Regulamento depois deste ter sido aprovado pelo executivo. -----

Disse, ainda, que na Conferência de Representantes não aceitou o documento rectificado porque era uma ilegalidade, pois o documento teria que voltar ao Executivo com as rectificações, ou então ser apresentada uma Proposta de Alteração. -----

Mas, que a questão de fundo continua a existir, mesmo com a proposta de Alteração, que a Proposta de Alteração continua no enunciado a estar errada, e o documento fica sem poder ser aplicado. -----

Mesmo a correcção do anexo que refere o número dois do artigo 54, estava 52, e na proposta para o 54, nos fundamentos diz: “Os fundamentos que presidiram à presente proposta de interdição de afixação de propaganda

política” – o artigo 54 o que diz é propaganda eleitoral, assim o pressuposto ainda continua a estar errado.

Considera a proposta apresentada pelo Partido Socialista mais consensual. --

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** disse que o assunto em apreço requer mais tranquilidade para a sua discussão, e dado o adiantado da hora propôs à Assembleia a continuação da sessão no dia vinte e um de Dezembro, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação a aprovação em Minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5 da Ordem de Trabalhos que foi aprovado por unanimidade. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_